
ESTUDIOS / STUDIES

ALVEITARES E ALVEITARIA NO PORTUGAL MEDIEVAL

André Filipe Oliveira da Silva

CITCEM – Universidade do Porto; CIDEHUS – Universidade de Évora

Email: andre.f.oliveira.silva@gmail.com

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-0223-8314>

Recibido: 27 Abril 2021; Aprobado: 28 Agosto 2021; Publicado: 25 mayo 2021

Cómo citar este artículo/Citation: Silva, André Filipe Oliveira da (2022), “Alveitares e alveitaria no Portugal Medieval”, *Asclepio*, 74 (1): p591. <https://doi.org/10.3989/asclepio.2022.12>

RESUMO: O estudo da alveitaria medieval em Portugal tem sido feito sobretudo através dos manuscritos em galego-português relacionados com essa arte, que sobreviveram até hoje. Esse estudo, maioritariamente de natureza textual e filológica, tem excluído a análise dos perfis socioeconómicos e da prática da alveitaria propriamente dita. Os desafios levantados pelo baixo número de indivíduos explicitamente referidos como alveitares pelas fontes, explicável através de uma eventual pluriatividade e pela plasticidade dos conceitos são consideráveis, mas a análise dos perfis de um conjunto de indivíduos proveniente de diversos credos e atuantes tanto em Portugal, como nos territórios portugueses do Norte de África e na Índia, permite traçar, pela primeira vez, o retrato possível do alveitar medieval português e da sua prática.

PALAVRAS CHAVE: Alveitaria; Alveitares; Ferradores; Portugal Medieval; História da Medicina Veterinária.

ALVEITARES AND ALVEITARIA IN MEDIEVAL PORTUGAL

ABSTRACT: The study of medieval *alveitaria* in Portugal focused mainly on the manuscripts containing treatises on the topic, written in Galician-Portuguese. That study deals especially with textual and philological aspects, relegating the socioeconomic dimension of the practice and the individuals to a secondary role. The challenges raised by the low number of practitioners explicitly identified as *alveitares* by the sources (explainable by an eventual pluriactivity) and the plasticity of the concepts are considerable, but the analysis of the profiles of a group of Portuguese practitioners, from different religious backgrounds and active not only in Portugal, but also in the Portuguese territories of North Africa and India, allows us to draw, for the first time, a portrait of the Portuguese medieval *alveitar* and his practice.

KEY WORDS: *Alveitaria*; *Alveitares*; Farriers; Medieval Portugal; History of Veterinary Medicine.

1. INTRODUÇÃO

O estudo dos ofícios de saúde, dos empíricos e esporádicos aos mais socialmente considerados e intelectualmente preparados, permite obter imagens transversais e contribui para um conhecimento mais alargado e consolidado da realidade quotidiana do Homem medieval e das suas concepções do corpo e da

natureza, do indivíduo e da sociedade. Os ofícios mais destacados – a física/medicina e a cirurgia - têm recebido mais atenção dos historiadores, de resto proporcional à quantidade de dados que nos chegaram através da documentação sobrevivente, e o caso português não é nisso exceção¹. Contudo, os físicos e os cirurgiões estão longe de serem os únicos representantes dos homens que se dedicam ao cuidado e à cura. Se, em Portugal,

cirurgiões e físicos parecem ter um estatuto superior e quase equiparado (Silva, 2016, pp. 27-28), sobra ainda uma alargada franja de praticantes empíricos, ocasionais ou ‘híbridos’ – sendo a sua arte também usada com fins de cura, mas não só nem maioritariamente: parteiras, barbeiros, sangradores, ensalmadores, alfavanges, alveitares, entre outros.

Um destes grupos mencionados, o dos alveitares, constitui um caso de estudo de grande interesse. Podendo ser (um tanto anacronicamente) definidos como veterinários medievais, os alveitares e a sua arte têm sido uma das manifestações menos estudadas da medicina e das práticas de cura medievais em Portugal², o que contrasta com o avanço significativo a que se assiste nas últimas duas décadas no resto da Península, sobretudo sobre os domínios da antiga Coroa de Aragão, onde a riquíssima documentação permite extensos estudos de caso³. O tratamento de animais seria menos considerado do que o mesmo tipo de práticas em humanos. Mas é inegável que a emergência de um ofício dedicado ao cuidado de espécies não-humanas, com destaque para os cavalos (Ferragud, 2011, 33-40), mas nunca excluindo os animais de trabalho e companhia, responde a uma necessidade cultural e socioeconómica que não se pode desprezar.

Este artigo tem como objetivo estudar, em primeiro plano, os homens que exerceram este ofício, os seus percursos, a sua ação e a sua integração na sociedade que sentia cada vez mais necessidade dos seus conhecimentos e práticas. Assim, ao contrário do que é habitual nos antecedentes portugueses, o conhecimento formal e o saber livresco, com o estudo filológico e das fontes dos tratados especializados, não é o centro da análise, mas apenas o princípio.

A pesquisa documental que conduziu à redação deste artigo prolongou-se por vários anos, sendo aproveitadas todas as referências encontradas, mesmo quando o propósito de investigação primário não era o do estudo dos alveitares. Houve um estudo das chancelarias régias medievais portuguesas, de diversas coleções documentais publicadas e de milhares de documentos inéditos, provenientes de todo o território português medieval e das mais diversas instituições; são, sobretudo, fontes notariais preservadas nos cartórios de instituições eclesíásticas, mas também documentação municipal (atas de vereação, posturas) e jurídica (leis, foros, ordenações), só para nomear os recursos mais representados. Juntam-se aos documentos mais tradicionais as fontes narrativas, sobretudo as crónicas que sobrevivem. Em complemento, um grande número de monografias e estudos portugueses, cujo propósito distinto não impede o arrolamento de dados de interesse para diferentes tópicos de inves-

tigação, foi também utilizado. Por certo, os documentos incluídos representam apenas uma minoria de toda a documentação medieval portuguesa que sobreviveu até hoje, tal como esta representa apenas uma fração de tudo aquilo que a Idade Média portuguesa produziu. Porém, trata-se de uma vasta amostra que nos permite comparar, por exemplo, a disparidade de números entre os agentes de cura estudados: os mesmos documentos e estudos que revelaram dezena e meia de alveitares, forneceram mais de um milhar de físicos e cirurgiões, além de mais de uma centena de boticários, para referir apenas os ofícios mais difundidos e prestigiantes. São, portanto, muito poucos os alveitares documentados. As explicações, como se verá, são diversas, e todas elas terão um papel nessa parcimónia.

2. UM NOVO OFÍCIO?

É difícil perceber quando e como surge o ofício do alveitar no Portugal medieval, ou quando se formaliza e resulta numa auto e hétero-designação que traduz, de forma inequívoca, reconhecimento social de uma prática já estabelecida. Se o conhecimento médico dedicado aos animais é uma realidade milenar, mesmo no plano ‘erudito’, a existência de uma profissão a ele dedicado resultou de um processo longo e nem sempre documentável. Estes ‘proto veterinários’ estão documentados em todo o espaço euroasiático desde a Antiguidade, da Fachada Atlântica ao Extremo Oriente⁴, passando pelos Antigos Egipto, Mesopotâmia, Grécia e Roma. Já na Antiguidade Tardia, esse conhecimento é preservado e transmitido à Idade Média através de textos em grego como a *Hippiatrica* bizantina (McCabe, 2007). Porém, em muitos casos, os praticantes não eram ‘profissionais’ nem socialmente reconhecidos (Buell, May and Ramey, 2010, pp. 38-40), o que – tal como séculos depois, na Idade Média - contrastava com a especialização e erudição da literatura em circulação. Sob diversas designações, a prática da medicina e do cuidado de equinos, em particular, documenta-se em toda a Europa medieval. No caso português, aqueles que exercem a arte da alveitaria não parecem ser, na maioria dos casos, os mesmos que escrevem sobre ela (ainda que a escassez de testemunhos possa empolar artificialmente a separação entre as duas tarefas), como adiante se verá, o que revela uma realidade complexa, próxima da medicina humana e do seu exercício na Idade Média.

Para o caso peninsular, a palavra alveitar - que predominou nos espaços dos antigos reinos de Castela e de Portugal até ao galicismo ‘veterinária’ triunfar no século XIX – denuncia uma origem árabe, ainda que a etimologia remeta para um cuidador de equídeos, num sentido mais estrito, mas sempre próximo do conceito ibérico tardomedieval (Giménez Eguibar, 2016). Con-

tudo, é possível que a palavra não tenha sido adotada em galego-português diretamente a partir do árabe, podendo tê-lo através do castelhano. De facto, a palavra apenas começa a surgir em textos portugueses a partir do século XIV, algumas décadas após a conquista das últimas cidades algarvias sob domínio muçulmano. Nessa cronologia, o uso da palavra e a sua aplicação ao ofício da medicina animal já eram conhecidos havia algumas décadas entre os falantes de castelhano, como fica claro no seu uso nas *Partidas* de Afonso X, o Sábio,⁵ que, de resto, podem ter sido um dos veículos de transmissão para o território português, onde a coleção afonsina teve vasta fortuna, motivando traduções e comentários⁶. Assim, para o caso português, o ofício surge definido através do saber livresco antes mesmo de termos um indivíduo identificado como praticante.

3. O CONHECIMENTO – MANUSCRITOS E APRENDIZAGENS

Não abundam os testemunhos da circulação e utilização de manuscritos médicos dedicados ao cuidado e tratamento de animais na Idade Média portuguesa, à semelhança do que acontece com manuscritos médicos medievais, no geral, mas a qualidade desses testemunhos supera largamente a dimensão do *corpus* conhecido. Como já notou Iona McCleery, são dois os exemplos mais relevantes: por um lado, os livros possuídos por Mestre Gil de Leiria (fl. 1236-1257), por outro os tratados atribuídos a Mestre Geraldo (fl. 1318-1325) (McCleery, 2000, p. 325). O primeiro, um físico e cónego de Coimbra, possuía um rol de quase trinta tratados sobre os mais diversos temas médicos, distribuídos em quatro códices, entre os quais se contavam uma *Anathomia et Cura equorum siue cirurgia ipsorum* e uma *Cura canum siue cirurgia ipsorum* (Lopes, 1953, pp. 366-370).

No que toca ao *Livro de Alveitaria* composto por Mestre Geraldo, por volta de 1320, temos um dos primeiros testemunhos do uso da palavra em galego-português, aplicada com a definição que se mantém nos séculos seguintes e num contexto de medicina equina. Trata-se, sobretudo de uma composição feita a partir de tratados latinos de meados do século XIII, da autoria dos ‘italianos’ Teodorico Borgognoni e Giordano Ruffo⁷, que sobrevive num único manuscrito datado criticamente de finais do século XV, onde é acompanhado por uma versão do *Livro de Falcoaria* de Pero Menino (Pérez Barcala, 2016). O *Livro de Alveitaria* é um exemplo clássico da filologia galego-portuguesa por se tratar de uma ‘encomenda’ do rei D. Dinis (r. 1279-1325) a um dos seus físicos, Mestre Geraldo, para disponibilizar em vernáculo do reino um tratado erudito de medicina animal. Mas seria Mestre Geraldo também um alveitar praticante? Se a sua iden-

tificação com Mestre Geraldo de Arouca - bacharel em Medicina, cónego da Sé do Porto e médico do rei (Silva, 2016, p. 142) - for correta, afigura-se como improvável um exercício frequente e direto da alveitaria - é conhecida a aversão da Igreja ao sangue e às consequências que a prática da cirurgia poderia trazer a clérigos; se a realidade europeia demonstra com frequência que essa aversão se desrespeita amiúde na prática, como o caso paradigmático de Teodorico Borgognoni (frade e bispo trecentista, cirurgião e autor de tratados de cirurgia e alveitaria) demonstra, não há, em Portugal, registo algum de um cirurgião clérigo ao longo de toda a Idade Média (Moisão, 2018, p. 69). Porém, também é verdade que as restrições canónicas, éticas e morais que pendiam sobre a prática cirúrgica desapareciam quando se tratava de cuidados animais. Ainda assim, a escassez dos dados não esclarece se seria socialmente aceitável a prática da arte da cura pelas mãos em animais, mesmo no cavalo. Prova-se, isso sim, a ‘galenização’ da medicina animal, tendência que Carmel Ferragud expõe na Coroa de Aragão (Ferragud, 2009, pp. 29-40).

Os exemplos de tratados em português relacionados com o cuidado de animais de combate e de cetraria não se esgotam aqui: o *Livro de Falcoaria*, breve tratado já referido e que versa sobre o cuidado das aves de caça, terá sido composto em galego-português por Pero Menino a mando do rei D. Fernando (r. 1367-1383) (Pérez Barcala, 2016, pp. 719-720), seguido por vários tratados de cetraria de dimensões e fontes variadas (Fradejas Rueda, 2007, pp. 200-201), o célebre *Livro da Montaria* atribuído ao rei D. João I (r. 1385-1433) (Pereira, 1918), um tratado alveitaria, hoje perdido, composto por Afonso Esteves, “ferrador de D. João I e bom alveitar”, por volta de 1425, e do qual temos uma referência indireta de finais do século XVII⁸, só para citar os exemplos mais representativos. A maioria encontra-se ligada ao círculo régio, seja sob autoria atribuída ao próprio monarca, seja pela composição sob sua autoridade ou encomenda. É também importante sublinhar que o único dos alveitares conhecidos que está ligado à produção escrita destes tratados é o já referido ferrador e alveitar Afonso Esteves. Parece, assim, que a relação entre o saber livresco da alveitaria e o seu exercício nem sempre é detetável, ainda que a sua existência aflore por vezes e nunca deixe de ser uma hipótese a considerar nos restantes casos.

4. O ALVEITAR MEDIEVAL PORTUGUÊS – APROXIMAÇÃO SOCIOLÓGICA, MEIOS, PRÁTICA E LICENCIAMENTO DE ATIVIDADE

Ter optado por falar do saber livresco da alveitaria antes de falar dos alveitares não foi accidental. Como se verá, não são muitos os alveitares referidos na docu-

mentação medieval portuguesa que sobrevive, e todos aqueles que foram recolhidos para este estudo surgem após a tradução/composição do *Livro de Alveitaria*, levada a cabo por Mestre Geraldo em 1318. São bem menos do que os físicos e cirurgiões documentados, mas também menos do que os boticários ou os barbeiros, por exemplo. Isto é evidente se compararmos estudos de caso concretos, como o levantamento populacional que Ângela Beirante fez para a cidade de Évora, no qual contabilizou 61 físicos e cirurgiões, 61 barbeiros e 12 boticários eborenses na Idade Média, mas apenas quatro alveitares (Beirante, 1996, p. 502). Ana Maria S. A. Rodrigues, fazendo o mesmo para Torres Vedras nos séculos XIV e XV, não encontra qualquer alveitar ou boticário, face a um físico, seis cirurgiões e dez barbeiros (Rodrigues, 1995, pp. 319-324).

O que se pode saber destes homens? Os alveitares sobre os quais este estudo incidiu estão documentados entre 1331 e 1517, do reinado de D. Afonso IV (r. 1325-1357) ao de D. Manuel I (r. 1495-1521). O testemunho mais antigo incluído é o do alveitar Vasco Gomes, que testemunha uma carta de arrematação em 1331⁹. O documento foi redigido na então pequena urbe de Vila Real, no interior norte português. O facto de a mais antiga das referências aqui colhidas provir de uma localização perfeitamente periférica no contexto do reino português do século XIV, revela-nos que o ofício estaria muito mais disseminado, então, do que a escassa quantidade de alveitares documentados e aqui recolhidos poderá inicialmente sugerir.

Esta escassez poderá ter várias explicações: em primeiro lugar, por não possuímos fontes privilegiadas para acedermos a estes praticantes, como são as cartas de ofício de física e de cirurgia, surgidas em Portugal em meados do século XIV e das quais sobrevivem algumas centenas de exemplares nas chancelarias régias de D. Duarte (r. 1433-1438) em diante, revelando outros tantos praticantes¹⁰. Contudo, apesar de não termos cartas de ofício, há indícios de que estas podem ter existido. Precisamente durante o reinado de D. Duarte, os procuradores do concelho de Santarém solicitam ao rei a instituição de um exame obrigatório para o exercício da atividade de alveitar, por haver muitos que o faziam sem conhecimentos, com graves consequências para os animais e grandes prejuízos para os seus proprietários. O rei aceita o pedido, designando como examinador o seu alveitar residente em Santarém, Afonso Esteves – com grande probabilidade, o mesmo que terá composto um tratado de alveitaria e teria já servido o pai do rei, D. João I (r. 1385-1433) como “bom ferrador e alveitar” –, devendo examinar todos aqueles que quisessem exercer a arte da alveitaria em Santarém ou no seu termo (Dias, 2004, p. 107). Se esta

decisão teve efeitos práticos e algum exame chegou a ser realizado, todas as cartas se perderam. Porém, e mais uma vez, este pedido por parte das autoridades locais ao rei revela uma clara “arrumação” social da alveitaria no conjunto das artes da cura. Este primeiro licenciamento local, datado de 1436, é curiosamente simultâneo com o estabelecimento pioneiro da sua obrigatoriedade em Valência e no seu reino, dentro do contexto da Coroa de Aragão (Cifuentes; Ferragud, 1999, pp. 112-113), revelando uma simultaneidade de formalização – ainda que, no caso português, os registos de licenças de alveitar mais antigos que chegaram até hoje pertençam já a um período bem posterior ao século XV, enquanto em Valência a avaliação era feita perante um júri coletivo, heterogéneo e de reconhecida competência técnica e prestígio social, e se tenha consolidado desde a sua instituição.

Em segundo lugar, além da falta de fontes especializadas, é preciso considerar que muitos alveitares poderão estar efetivamente documentados, mas sob outras designações. Esta possibilidade é reforçada por uma característica da alveitaria que se acentua a partir do século XV por toda a Europa, e também em Portugal: a pluriatividade complementar que junta os ofícios de alveitaria e de ferrador (Aulliard, 1997; Cifuentes; Ferragud; Garcia Ballester, 1997, pp. 77-78). Assim, mesmo sendo referidos pelo seu ofício, é possível que muitos apenas sejam identificados como ferradores. De facto, dos 13 indivíduos aqui estudados, sete deles são identificados simultaneamente como alveitares e ferradores; estes sete indivíduos com dupla identificação estão documentados entre 1425 e 1517, anos em que apenas temos um alveitar que não era ferrador – ou, pelo menos, não foi referido como tal –, Afonso Álvares, que foi alveitar de D. Jorge, filho de D. João II (mas parece já não o ser quando, em 1496, D. Manuel I o confirma no ofício de escrivão dos feitos das sisas em Elvas e no seu termo, mercê que recebera ainda durante o reinado de D. João II em data incerta¹¹). Voltando novamente ao exemplo eborense, os quatro alveitares documentados contrastam com os 69 ferradores que Ângela Beirante contabiliza na Évora medieval (Beirante, 1996, p. 501). Esta dupla atividade é transversal a toda a Europa Ocidental, ainda que a escassez do uso da expressão alveitar no caso português não permita esclarecer inteiramente se, por definição, um ferrador é, por norma, simultaneamente um alveitar – dispensando outras designações –, ou se um ferrador *também* pode ser um alveitar. Uma vez mais, os exemplos além-fronteiras, mas dentro da Península, sugerem uma sobreposição de práticas que nunca se completa totalmente (Ferragud; Cifuentes, 2002).

Prova da variabilidade da aplicação de conceitos e da definição das fronteiras de ação, é uma referência

proveniente da Parte II da *Crónica de D. João I*, de Fernão Lopes. O cronista refere que D. João I, solicitando apoio à milícia de Lisboa nas ações militares que levava a cabo no Norte, no contexto da consolidação da nova dinastia portuguesa, pediu explicitamente “que levassem duas trombetas e três alveitares e dous ferradores e dous seleiros e dous corrieiros e huum jogral”¹². A narrativa distingue perfeitamente os alveitares dos ferradores, revelando a intencionalidade do pedido, por certo premente, tendo em conta a importância do cuidado dos cavalos em tempo de guerra. Uma vez mais, é da Coroa de Aragão que chegam os exemplos ibéricos mais ilustrativos da importância dos ofícios de cura em tempo de guerra, entre os quais a alveitaria se incluía (Cifuentes, 1993). Sem dúvida que o seu número estaria longe de ser suficiente, como o não seria noutras paragens (Cifuentes; Ferragud, 1999, pp. 107-109), mas a sua presença revela que o ofício era valorizado, e a presença dos alveitares era desejada e útil. Os homens enviados pelo município lisboeta teriam funções bem definidas e, pela designação, os alveitares estariam, neste contexto, exclusivamente dedicados a atividades de cura dos equídeos e, eventualmente, de outros animais, como mulas ou burros, dedicados ao transporte logístico de víveres e equipamento diverso, sem os quais uma operação bélica poderia ficar comprometida.

A existência de alveitares entre as minorias étnico-religiosas portuguesas merece atenção. No caso dos judeus, chega-nos um único alveitar documentado, Mestre Isaac, morador em Évora¹³, também ele ferrador. Os judeus são os protagonistas na prática médica e cirúrgica do Portugal quatrocentista, com 2/3 das cartas de ofício conhecidas (mais de 400 em c. 600) a serem atribuídas a candidatos judeus (Gonçalves, 1972). Por outro lado, se os judeus são protagonistas na medicina humana, mas não na animal, o mesmo acontece no trabalho do ferro, mas não no ofício de ferrador. Na cidade onde Mestre Isaac residia, Évora, todos os restantes ferradores medievais conhecidos, quase sete dezenas, são cristãos¹⁴. Afigura-se, assim, como um tipo de atividade pouco praticada por judeus, apesar do seu grande número como ferreiros¹⁵ e noutros mesteres metalúrgicos. Ainda assim, a existência de judeus ferradores e alveitares é uma realidade mais comum, por exemplo, em Castela, apesar da existência de legislação quatrocentista que proíbe explicitamente a existência de ferradores e alveitares judeus ao serviço de cristãos (Carriedo Tejedo, 2019, p. 392); por outro lado, não há um único judeu alveitar identificado pelo nome na Coroa de Aragão, apesar de a prática estar regulada para esta minoria (Ferragud, 2011, pp. 35-36).

A exceção portuguesa conhecida parece demonstrar que o talento destes homens seria tão apreciado como

o era na medicina humana, e disso mesmo é testemunha o privilégio que o rei D. Afonso V confirma ao já referido Mestre Isaac, em 1459. O alveitar requereu às autoridades municipais de Évora autorização para abrir um portal entre as suas casas de morada e a sua tenda, o que significava criar um pequeno novo acesso direto à Judiaria eborense; caso contrário, seria necessário continuar a percorrer três ruas até chegar a sua casa, o que constituía um constrangimento extra a quem lhe levava os cavalos e outras bestas para curar, como explicitamente se refere. A Câmara de Évora concede esse privilégio, justificando essa licença por “ser justo e por [que] o dicto mestre Isaque he melhor ferrador e mais espiçiall alveitar que em esta cidade melhores curas faz [...] em cavallos e em outras bestas”¹⁶.

Somos informados de vários aspetos da atividade deste alveitar: desenrola-se numa tenda, mas paredes meias com a sua casa; os clientes procuram-no lá; é simultaneamente ferrador e alveitar, sendo excepcional na segunda atividade (o que reforça a convicção que um especial talento faria sobrepor a designação de alveitar à de ferrador) e altamente valorizado pelas autoridades locais. O rei confirma a licença municipal, sensível aos argumentos da Câmara, tendo apenas Mestre Isaac de fechar o portal a cadeado ou ferrolho sempre que anoitecesse. A descrição da atividade de Mestre Isaac permite também assumir que, mesmo se tratando de um alveitar residente no coração de umas das maiores cidades portuguesas, a sua atividade não seria exclusivamente dedicada à cura de cavalos, como a expressão “curas [...] em cavallos e em outras bestas” informa sem equívocos. Se os autores catalano-valencianos sugerem uma distinção entre alveitares urbanos, exclusiva ou quase exclusivamente dedicados à cura de cavalos, e os rurais, onde outros animais de grande e médio porte poderiam constituir um acréscimo à prática (Ferragud, 2009, pp. 42-43), não parece haver grande distinção no caso português, ainda que os dados sejam escassos e não permitam encerrar a questão.

Sobre o envolvimento dos judeus portugueses na cura e no cuidado animal, é possível estabelecer um certo paralelismo entre Portugal e a Coroa de Aragão numa questão concreta e um tanto inesperada: o cuidado dos animais exóticos do rei. Se, para o caso aragonês, este tema já recebeu uma atenção cuidada¹⁷, a realidade portuguesa está bem menos explorada, e foi-o quase sempre já no contexto da Expansão (Simões, 2019). Os leões do monarca aragonês seriam mantidos pelos judeus das cidades onde eram guardados, com as suas responsabilidades a alargarem-se com frequência ao plano alimentar e médico (Ferragud, 2009, pp. 49-50; Ferragud, 2011, pp. 49-50). Em Portugal, através de um

documento do rei D. Afonso V, datado de 1452, sabe-se que os leões residentes nos paços régios de Lisboa eram mantidos pela Comuna dos Judeus de Lisboa, pelo menos desde o reinado de D. João I (r. 1385-1433), ainda que nada concretamente relacionado com cuidados de saúde dos animais seja referido no documento em causa¹⁸. A comuna solicita o alívio do encargo, que é diminuído pelo monarca. Trata-se de uma notável semelhança entre as duas monarquias ibéricas.

Não temos informações sobre alveitares muçulmanos portugueses¹⁹, mas também estes existiam e serviam nos reinos vizinhos, como o extraordinário caso de Segóvia – onde ferradores e alveitares cristãos e muçulmanos se reúnem numa mesma confraria profissional (Gómez García, 1997-98) - revela de forma eloquente para Castela; na Coroa de Aragão, são os alveitares mudéjares dos reinos de Valência e de Aragão o exemplo paradigmático do exercício da função por muçulmanos em território cristão (Cifuentes; Ferragud, 1999, pp. 111-112), atingindo uma elevada importância social através da grande proximidade à família real (Ferragud, 2009, pp. 156-166). Recorrendo a um dos exemplos de recolha sistemática de indivíduos de uma cidade medieval portuguesa, também em Évora não há dados sobre ferradores muçulmanos (Beirante, 1996, p. 501). É perfeitamente possível que também os muçulmanos portugueses tenham exercido esta atividade, mas, pelo seu pequeno número e escassas referências a este ofício, tenham permanecido indocumentados.

Será importante perceber a relação da nobreza com a prática da alveitaria. Ao contrário do que acontece, por exemplo, na Coroa de Aragão (Cifuentes; Ferragud, 1999, pp. 107-111), não há provas concretas do envolvimento da aristocracia na produção ou tradução de textos de alveitaria – excluindo o patrocínio régio anteriormente referido. A utilidade, o simbolismo e a relação próxima entre o cavalo e o indivíduo privilegiado transforma o interesse do nobre na arte da alveitaria numa quase inevitabilidade. Porém, e por ora, nenhum vestígio desse tipo é revelado pela documentação portuguesa.

A omissão do ofício de alveitar na designação profissional de um indivíduo que dividia essa atividade com a de ferrador fica provada por um caso relativamente bem documentado, já do início do século XVI. Trata-se de Gaspar Fernandes, alveitar e ferrador das estrebarias do rei em Goa, logo nos primeiros anos do estabelecimento de portugueses na cidade indiana, e que em momentos diferentes é designado como ferrador e alveitar, ou simplesmente ferrador. É possível que, com o início da Modernidade portuguesa, a prática da alveitaria tenha

sido praticamente absorvida e assimilada pelo ferrador, que assim dispensava outra designação, por se entender que o seu ofício incluía esse tipo de cuidados e tarefas. Esporadicamente, o designativo de alveitar poderia emergir, por maior habilidade ou dedicação maioritária do praticante nesse domínio em concreto, ou por uma outra circunstância difícil de apurar. Porém, a arte de curar animais mantém-se autónoma como objeto de erudição, tal como se prova pelos sucessivos manuais de alveitaria, cada vez mais dirigidos a praticantes menos letrados, que se vão publicando a partir do século XVI e até pleno século XIX, quando a veterinária moderna começa a tomar forma e o seu ensino se institucionaliza, relegando a memória alveitar para o mundo dos praticantes empíricos e populares²⁰.

Os dados fornecidos pela documentação portuguesa não permitem estabelecer paralelismos com certas práticas documentadas na Coroa de Aragão, para referir apenas o caso ibérico mais conhecido. Não temos sobrevivido nenhum contrato notarial celebrado entre um cliente e um alveitar, celebrado como salvaguarda do cliente (como, de resto, também não há no caso da medicina humana, em Portugal) – sobrevivendo pelo menos um contrato deste tipo nos excepcionais arquivos catalano-aragoneses (Ferragud, 2009, pp. 43-44). Não há, também, dados sobre a contratação de alveitares ou ferradores por parte dos municípios medievais portugueses, ao contrário do que ocorre uma vez mais na Coroa de Aragão (Ferragud, 2018). Na documentação medieval portuguesa, municipal ou afim, a contratação de profissionais da cura está limitada a alguns físicos, e ainda assim num número pequeno de municípios, entre os finais do século XIV e o século XV²¹. Tal como no caso dos físicos, é possível que a prática da contratação municipal de alveitares tenha existido. Porém, a destruição dos testemunhos ou o uso de uma outra designação impedem-nos de confirmar esta possibilidade.

O que podemos acrescentar ao que sabemos da atividade dos alveitares medievais e quinhentistas portugueses – ou da atividade de cura animal levada a cabo por ferradores? Regressemos ao alveitar e ferrador Gaspar Fernandes, português residente em Goa nos primeiros anos do domínio português na região, e que terá feito até as vezes de físico em 1515, quando o rei de Ormuz, prisioneiro dos portugueses, caiu doente e necessitou de assistência médica²². Poderíamos assumir que este tratamento levado a cabo por um alveitar significará pouco mais do que a ausência de físicos ou cirurgiões portugueses na cidade, recorrendo-se ao que de mais próximo haveria. Porém, ainda em 1513, temos notícia de um físico em Goa, Mestre João²³, que

volta a ser referido como físico residente e atuante na cidade até 1518²⁴. Estaria Mestre João ausente e a urgência da maleita do rei de Ormuz obrigou à intervenção do alveitar Gaspar Fernandes? É possível, mas a parcimónia informativa do documento em causa não permite esclarecer a dúvida. O que é certo é que o rei sobrevive, morrendo apenas alguns anos mais tarde. Certa é também a demonstração de uma maior proximidade da alveitaria à medicina humana – o que acompanha a proximidade teórica, galenista, vertida nos principais tratados da medicina animal medieval (Olmos de León, 2013) –, e de ambas à arte do ferrador, tal como é verificável no caso da Coroa de Aragão (Ferragud Domingo, 2009, pp. 31-34).

No que diz respeito à atividade puramente ‘veterinária’, há também alguns dados relativos a Gaspar Fernandes: há registos do pagamento de somas de dinheiro, destinadas ao provimento de mezinhas para o tratamento dos cavalos a seu cargo. Este dinheiro foi entregue a Gaspar Fernandes, mas também a João Cabeceira, estribeiro do feitor Francisco Corvinel, sendo referido explicitamente que as mezinhas se destinam a tratar as doenças dos cavalos recolhidos nas estrebarias do rei, na fortaleza²⁵. Esta parece ser outra função que, com a transição para o período Moderno, poderá ter aglutinado às suas funções a de alveitar. Exemplo disso, é uma questão judicial de meados do século XVIII, envolvendo Manuel Dias, estribeiro e alveitar das Reais Cavalariças²⁶. Assim, a função de cura, ou simples manutenção de saúde, dos animais ao cuidado destes homens incluir-se-ia nas suas funções quotidianas dos cuidadores. As designações múltiplas são reveladoras, e explicarão, certamente, as escassas referências diretas a indivíduos intitulados como alveitares, logo a partir da Baixa Idade Média, quando o ofício é introduzido.

5. CONCLUSÃO

O conjunto dos alveitares portugueses e as informações sobre a sua prática estão longe de estar tão bem documentados como os dos seus congéneres da Coroa de Aragão, por exemplo – quer essas lacunas se devam simplesmente a maiores perdas documentais/ menor produção de testemunhos na época, quer reflitam uma menor difusão deste mester e do seu saber. Porém, está longe de ser um assunto menor no estudo das artes da cura. Este primeiro exercício poderá ser complementado com o avanço da sistematização da recolha de dados documentais sobre estes ofícios, mas há algumas tendências já observáveis. Por ora, é possível afirmar uma inequívoca relação umbilical entre a prática dos mesteres de ferrador e alveitar, ainda que,

tal como além-fronteiras, estes nunca pareçam ter sido totalmente fundidos numa única definição, designação e prática. A designação de um certo indivíduo como alveitar parece traduzir uma especial habilidade na arte da cura de cavalos e outras bestas, mais do que um exclusivo de prática. Mais do que uma mutação, a transição da Idade Média para a Modernidade parece ter sido marcada pela permanência destas características, ainda que com uma formalização, por exemplo, da examinação dos candidatos à prática do ofício – que não sabemos se se terá concretizado efetivamente no século XV, ainda que tenha sido prevista logo em 1436. Apenas o século XIX, com a institucionalização do ensino e da prática da medicina veterinária, o cenário se altera fundamentalmente, ainda que as velhas designações e ofícios ainda aflorassem, de quando em vez, em pleno século XX.

Este breve estudo apenas inaugura a investigação concreta sobre a dimensão prática e social da arte da alveitaria e dos seus representantes no âmbito das artes da cura em Portugal. Resta um manancial extraordinário de fontes para consultar e é possível que esta primeira exposição se revele imprecisa ou muito incompleta. Com desafios e limitações acrescidas face a outros territórios ibéricos, esse estudo continua a ser possível e necessário, e esta é apenas uma primeira demonstração desse potencial.

APÊNDICE 1

UMA LISTA DE ALVEITARES MEDIEVAIS PORTUGUESES

Este breve catálogo prosopográfico foi organizado segundo um inquérito muito simples, devido à escassez de informações para a maioria dos biografados. Assim, cada entrada é acompanhada por uma breve nota sobre o indivíduo e pelas fontes onde é referido. Trata-se de uma recolha inicial, que, segundo creio, poderá ser consideravelmente alargada ao longo dos próximos anos, com o prosseguimento da recolha documental. O pequeno número de indivíduos, assim como o longo intervalo temporal de quase dois séculos, levaram-me a preferir uma ordenação cronológica, do mais antigo para o mais recente registo.

1 – Vasco Gomes (1331)

Este alveitar é testemunha numa arrematação de bens que Rui Lourenço, cavaleiro, e Rui Lourenço, seu irmão, também cavaleiro, tinham em Guiães, que andavam em pregão por dívidas destes a Martim Louredo, mercador do Porto. O documento foi redigido em Vila Real, na comarca de Trás-os-Montes, no dia 2 de agosto de 1331²⁷.

2 – Mestre Nicolau (1332-1335)

Alveitar de Évora, é referido como Nicolau Alveitar, Mestre Nicolau e Mestre Nicolau Alveitar. Foi casado com Domingas Eanes, que sabemos lhe ter sobrevivido pelas referências que lhe são feitas como viúva deste alveitar entre 1347 e 1366. Tinha emprazadas nos dias de sua vida três vinhas foreiras aos Bacharéis da Sé de Évora, todas no termo de Évora, pelas quais pagava 15 libras anuais, por contrato feito em 1334, sendo essas vinhas de novo emprazadas à sua mulher, já viúva, em 1347. Testemunha outra escritura dos Bacharéis da Sé de Évora em 1332 e uma da Igreja de Santiago de Évora, em 1335. Nada mais se sabe deste alveitar ou da sua prática²⁸.

3 – Gonçalo Eanes (1353)

Alveitar, morador na vila do Castelo de Guimarães, que testemunha um prazo de umas casas da Colegiada de Guimarães, localizadas na vila do Castelo de Guimarães²⁹.

4 – Afonso Esteves (1425-1436)

Alveitar do rei D. Duarte, por este nomeado em 1436 para examinar os candidatos à prática da alveitaria, depois de o rei aceder ao pedido dos procuradores de Santarém, para submeter a exame e obrigar a ter licença todos os que em Santarém e seu termo quisessem exercer essa arte, à semelhança do que se fazia com físicos e cirurgiões, por haver muitos que a praticavam sem conhecimentos, com grande prejuízo para todos. Trata-se, com grande probabilidade, do mesmo alveitar escalabitano que era ferrador de D. João I quando compôs um tratado de alveitaria, hoje perdido, terminado por volta de 1425³⁰.

5 – Lourenço Minino (1437-1439)

Alveitar de Lisboa que em 1437 recebe privilégios régios de isenção de aposentadoria, de que lhe filhem o que for por aposentadoria, de ser constrangido a aceitar ofício do concelho contra sua vontade, de ter cavalo, armas ou bestas, de servir o concelho, exceto em obras de pontes, calçadas, fontes e muros, de ser tutor, de ser besteiro do conto, de ir em alardo ou levar presos e dinheiros, tudo isto por que “he um notavel alveitar e nos [serve?] continuadamente em nessas cousas de seu ofício quando lhe da nossa parte he mandado”. Esta carta de privilégio é confirmada por D. Afonso V em 1439³¹. De forma especulativa, poder-se-á pensar que se trata de um descendente de Pero Menino, o autor do já referido *Livro de Falcoaria* composto a mando do rei D. Fernando por volta de 1380, mas neste momento nenhum outro elemento além da coincidência onomástica apoia essa sugestão.

6 – Mestre Isaac

Alveitar judeu de Évora que, em 1451, renegoceia com o Concelho da cidade o aforamento de uma azinhaga. O Concelho recebe encampação dessa azinhaga, situada na Judiaria de Évora, por esta ser demasiado pequena para o foro de 71 reais e meio que lhe era cobrado. Compreendendo o foreiro, o Concelho volta a aforar-lhe a dita azinhaga, reduzindo o foro para 41 reais e meio, a pagar em dia de Páscoa³². A licença que o Município de Évora lhe concede em 1459, e que o rei D. Afonso V lhe confirma³³, permite confirmar que se trata também do Isaac que é mencionado exclusivamente como ferrador nas confrontações de uma escritura de 1450³⁴.

7 – Lázaro Fernandes (1454)

Alveitar e ferrador castelhano, recebe, a pedido do concelho e homens-bons de Portalegre, onde residia, privilégio régio de isenção de pagamentos de pedidos régios, fintas e talhas do concelho, aposentadoria, de ter cavalo e armas, de ser tutor ou curador, de ir com presos ou dinheiro, tudo por os seus conterrâneos o considerarem “bom ferrador e alveitar” e não quererem prescindir dos seus serviços³⁵.

8 – João Gonçalves (1462)

Alveitar e ferrador do rei, recebe de D. Afonso V isenção de pagamento de dízima ou portagem de qualquer coisa sua em qualquer parte do reino, por terra ou mar, depois de se ter queixado de que, andando em muitos sítios e sempre em serviço do rei, lhe cobravam essas obrigações³⁶.

9 – Diogo Lopes (1476)

Alveitar morador em Lisboa a quem D. Afonso V nomeia como guarda da Porta de São Vicente, após a morte de João Afonso, guarda anterior³⁷.

10 – Afonso Álvares (1496)

Foi alveitar de D. Jorge, filho bastardo do rei D. João II, mas parece já não o ser quando D. Manuel I o confirma no ofício de escrivão dos feitos das sisas em Elvas e no seu termo, mercê que recebera ainda de D. João II em data incerta³⁸.

11 – Diogo Fernandes (1504)

Alveitar e ferrador residente em Mortágua. Recebe privilégio real que o isenta dos serviços do concelho, pela utilidade e necessidade permanentes dos seus serviços³⁹.

12 – Gaspar Fernandes (1511-1515)

Alveitar e ferrador das cavaliças do rei em Goa, na Índia. Passa dois recibos, em 1511 e 1513, ao receber

ingredientes para fazer mezinhas e “curas” nos cavalos que estão sob o seu cuidado, recebendo três cruzados para curar o rei de Ormuz de uma doença em 1515⁴⁰.

13 – João Afonso (1517)

Alveitar e ferrador, morador em Safim, Marrocos, a quem é concedido o estatuto de cavaleiro⁴¹.

14 e 15 – Alveitares não-identificados de Évora (antes de 1500)

Entre os quatro alveitares que Ângela Beirante contabilizou em Évora (Beirante, 1995, p. 501), dois não foram localizados na documentação durante este estudo. Fica

assim a referência à sua existência, que espero poder explorar em breve.

AGRADECIMENTOS

Este artigo insere-se no âmbito do projeto de investigação exploratório “FALCO - Hypothesising Human-Animal Relations in Medieval Portugal”, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT EXPL/HAR-HIS/1135/2021), apresentado a concurso no início de 2021, aprovado no verão do mesmo ano e em execução desde 1 de janeiro de 2022, por um período 12 meses.

NOTAS

- 1 Para referir apenas os trabalhos de maior extensão, sublinho as teses de mestrado de André Filipe Oliveira da Silva, Cristina Moissão e Ana Marta Silva Pinto, tendo as duas primeiras sido alvo de publicação: Silva, André Filipe Oliveira da (2016), *Físicos e Cirurgiões Medievais Portugueses. Contextos Socioculturais, Práticas e Transmissão de Conhecimentos (1192-1340)*, Porto: CITCEM; Moissão, Cristina (2018), *A Arte das Mãos: cirurgia e cirurgiões em Portugal durante os séculos XII a XV*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos; Pinto, Ana Marta Silva (2016), *Fragmentos de medicina medieval em Portugal: Frei Gil de Santarém e o Códice eborense CXXI/2-19*, Lisboa, Edição de Autor, [em linha], disponível em <http://hdl.handle.net/10451/28720>, [consultado em 12/02/2021]. Outro exemplo de um trabalho recente e cheio de novidade é Farelo, Mário (2019), “Roland Scriptoris ou de Lisbonne: un médecin, un professeur et un clerc portugais au XVe siècle”, *Medievalista*, 25, [em linha], disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/Medievalista25/farelo2506.html> [Consultado 02/01/2021].
- 2 Além dos trabalhos relacionados com aspetos filológicos do tratado de alveitaria composto por Mestre Geraldo, que remontam a Carolina Michaelis de Vasconcelos (Vasconcelos, 1911), cujo âmbito difere do que aqui se pretende, refiro um único estudo breve, introdutório e que, apesar do tema, se foca sobretudo no papel do cavalo na guerra - Araújo, Yann Loïc Macedo de Moraes (2004), “Contributo para a história da alveitaria e dos cavalos de guerra no Portugal medieval”, *Revista Portuguesa de Ciências Veterinárias*, 99(549), pp. 19-25, [em linha], disponível em: http://www.fmv.ulisboa.pt/spcv/edicao/3_2004/549_19_25.htm [consultado em 12/02/2021].
- 3 Entre todos, destaco Ferragud Domingo, Carmel (2009), *La cura dels animals. Menescals i menescalia a la València medieval*, Catarroja, Editorial Afers.
- 4 No caso da China, os praticantes estão documentados na dinastia Han (séc. III a.C.-séc. III d.C.), mas o desenvolvimento de uma medicina teórica especializada data já do século XIV. Buell, Paul D.; May, Timothy; Ramey, David (2018), “Chinese Horse Medicine: Texts and Illustrations.” In: Lo, Vivienne; Barrett, Penelope (eds.), *Imagining Chinese Medicine*, Leiden; Boston, Brill, pp. 315-326, [online], available in: <https://brill.com/view/book/edcoll/9789004366183/B9789004366183-s024.xml> [viewed in 11/01/2021]. Este desenvolvimento teórico aparentemente tardio pode ter várias explicações, sendo que o conhecimento veterinário em causa parece ter sido sobretudo importado, denunciando uma influência grega, mediada pela árabe, que ilustra perfeitamente a circulação de conhecimentos médicos através de todo o Velho Mundo, muito antes do início da Expansão Europeia. Buell, Paul D.; May, Timothy; Ramey, David (2010), “Greek and Chinese Horse Medicine: Déjà Vu All Over Again.” *Sudhoffs Archiv* 94(1), pp. 31-56.

- 5 Recorri à edição fac-símile que o Boletín Oficial del Estado espanhol fez da edição glosada por Gregório Lopez, datada de 1555, confrontando com um manuscrito completo preservado na Biblioteca Nacional de Espanha que, apesar de ser posterior ao século XIII, não se afastará muito da redação original das *Partidas*. *Siete Partidas* (2011), Madrid, Agencia Estatal Boletín Oficial del Estado, tomo III, p. 84 (o fac-símile não está numerado, pelo que a página dada é a da contagem do ficheiro digital. Corresponde à folha 42 da edição quincentista da Quinta Partida), Partida V, Título VIII, Lei X; Biblioteca Nacional de España, Manuscrito VITR/4/6, fl. 346v (manuscrito igualmente disponível na World Digital Library em <https://www.wdl.org/pt/item/10642/>). Os alveitares estão incluídos (com a grafia *albeytares* em ambos os casos), com os físicos e cirurgiões, na lei que prevê a restituição do valor por um serviço prestado que não foi concretizado ou resultou em perda para o cliente por culpa inequívoca da falta de competências do mesteiral. Apesar de o mester visado ser o do ourives, são referidos os sobreditos três ofícios de cura, como exemplo de todos os mesteirais.
- 6 Barros, Clara Araújo (2010), *Versões portuguesas da legislação de Afonso X: estudo linguístico-discursivo*. Porto: Universidade do Porto; apesar não de não se conservar nenhum exemplar de tradução portuguesa que inclua esta lei em particular, há um fragmento da *Quinta Partida* que sugere que todo o texto dessa partida terá circulado em português, provavelmente logo a partir do início do século XIV: Domingues (2017), *A tradição medieval das Sete Partidas em Portugal*. *7PartidasDigital*, pp. 1-14.
- 7 Uma tradução galega do texto de Giordano Ruffo cuja edição foi preparada por José Luis Pensado Tomé e publicada

- postumamente com revisão de Gerardo Pérez Barcala, foi lançada em 2004 (Pensado Tomé; Pérez Barcala, 2004).
- 8 *Arte de Alveitaria*. (BITAGAP texid 10340). *BITAGAP (Bibliografia de Textos Antigos Galegos e Portugueses)*. Dir. Arthur L-F. Askins. The Bancroft Library. University of California, Berkeley, 1997-. Web: http://vm136.lib.berkeley.edu/BANC/philobiblon/bitagap_en.html. Consultada: [11 de setembro de 2019]
 - 9 Arquivo Distrital de Braga, Gavetas do Cabido, Gaveta das Propriedades Particulares, Doc. 870.
 - 10 Estas cartas quatrocentistas foram há muito estudadas por Iria Gonçalves, na sua globalidade, sendo o artigo acompanhado pela listagem dos indivíduos examinados. Gonçalves, Iria (1972), *Físicos e Cirurgiões Quatrocentistas: As Cartas de Exame, Do Tempo e Da História*, I, pp. 69-112.
 - 11 Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria Régia, Chancelaria de D. Manuel I, Livro 26, fl. 95v.
 - 12 Lopes, Fernão (1983), *Crónica de D. João I: Segundo o Códice nº 352 do Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Porto, Livraria Civilização, Cap. LXV, p. 168.
 - 13 Arquivo Distrital de Évora, Câmara Municipal de Évora, Livro 67 (Livro 1º de Pergaminho), fls. 113-113v.
 - 14 Ângela Beirante não lista qualquer ferrador judeu no levantamento populacional de Évora, mas a confirmação do duplo ofício de Mestre Isaac chega através de uma carta da chancelaria de D. Afonso V, datada de 1459, na qual o rei o designa como alveitar e ferrador, previamente referenciada por Maria José Pimenta Ferro Tavares no seu levantamento nacional de judeus medievais portugueses, permitindo ainda constatar uma presença e atividade em Évora de pelo menos uma década, entre 1450 e 1459. (Beirante, 1996, p. 501; Tavares, 1984, p. 90.)
 - 15 Também o caso de Évora é esclarecedor na hegemonia judaica sobre o ofício de ferreiro, com 48 ferreiros judeus contra 24 cristãos e 5 muçulmanos.
 - 16 Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 36, fl. 67v-68.
 - 17 Veja-se a numerosa bibliografia referida por Carmel Ferragud Domingo em Ferragud, 2009, pp. 49-50.
 - 18 Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 12, fl. 15v.
 - 19 Filomena Barros, na sua tese de doutoramento – o mais importante trabalho sobre mudéjares portugueses –, refere a etimologia árabe do ofício da alveitaria, mas não encontra exemplos de alveitares muçulmanos atuando no Portugal medieval. Barros, Maria Filomena Lopes de (2007), *Tempos e Espaços de Mouros. A Minoría Muçulmana no Reino Português (Séculos XII a XV)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, pp. 271.
 - 20 O ofício, e depois a sua designação, perdem força ao longo das décadas que se sucedem à criação da primeira escola de veterinária em Portugal – a Real Escola de Veterinária, fundada em 1830, e que passou sucessivas remodelações até chegar à atual Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de Lisboa. Porém, e demonstrando uma notável perenidade, numa fase em que já havia veterinários formados, os alveitares continuaram a existir, cada vez mais entrincheirados na categoria de praticantes empíricos. Mesmo quando os automóveis haviam já substituído e larga escala os animais como principais meios de carga, vemos vestígios dessas sobrevivências: em 1954, por exemplo, um alveitar e ferrador, Joaquim António Frade, residente na Amareleja, no sul do país, mantinha conta de cliente na Metalúrgica Alentejana: Arquivo Distrital de Beja, Estabelecimentos Industriais Metalúrgica Alentejana, Comercial, Processos de Clientes, nº 92.
 - 21 Entre os poucos municípios que contratam físicos encontram-se o Porto (Basto, 1937, pp. XXXVII, LXVIII), Évora (Tavares, 1984, pp. 88, 399), Beja (Tavares, 1984, pp. 22, 399).
 - 22 Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Corpo Cronológico, Parte II, maço 117, n.º 113.
 - 23 Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Corpo Cronológico, Parte II, maço 37, n.º 5.
 - 24 Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Corpo Cronológico, Parte II, maço 78, n.º 41.
 - 25 Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Corpo Cronológico, Parte II, maço 42, n.º 15.
 - 26 Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério do Reino, maço 836, processo 6.
 - 27 Arquivo Distrital de Braga, Gavetas do Cabido, Gaveta das Propriedades Particulares, doc. 870.
 - 28 Arquivo da Sé de Évora, Bacharéis da Sé de Évora, Fazenda, Escrituras, Maço 1, documentos 13, 21 e 48 do catálogo de Júlio César Baptista; Biblioteca Pública de Évora, Pergaminhos Avulsos, Pasta 22, peça 071; pasta 17, peça 001; pasta 19, doc. 002-013.
 - 29 Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães, Nota Antiga, Livro I, doc. 173.
 - 30 Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria de D. Duarte I, liv. 1, fol. 147v. *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Duarte: (Cortes de 1436-1438)*. Org. João José Alves Dias. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Centro de Estudos Históricos, 2004, p. 107.
 - 31 Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria Régia, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 18, fl. 18.
 - 32 Arquivo Distrital de Évora, Câmara Municipal de Évora, Livro 67 (Livro 1º de Pergaminho), fls. 113-113v.
 - 33 Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 36, fl. 67v-68.
 - 34 A casa de Mestre Isaac era na Rua da Baldrasaria, na Judiaria de Évora, tal como a deste Isaac ferrador, o que permite tirar todas as dúvidas. Arquivo Distrital de Évora, Câmara Municipal de Évora, Livro 67 (Livro 1º de Pergaminho), fls. 111-111v.
 - 35 Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 10, fl. 95-95v.
 - 36 Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria Régia, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 9, fl. 91v-92.
 - 37 Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria Régia, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 7, fl. 112-112v.
 - 38 Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria Régia, Chancelaria de D. Manuel I, Livro 26, fl. 95v.
 - 39 Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria Régia, Chancelaria de D. Manuel I, Livro 22, fl. 36.
 - 40 Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Corpo Cronológico, Parte II, maço 29, n.º 182; maço 42, n.º 15; maço 117, n.º 113.
 - 41 Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria Régia, Chancelaria de D. Manuel I, Livro 10, fl. 111.

BIBLIOGRAFIA

- Araújo, Yann Loïc Macedo de Morais (2004), “Contributo para a história da alveitaria e dos cavalos de guerra no Portugal medieval”, *Revista Portuguesa de Ciências Veterinárias*, 99(549), pp. 19-25, [em linha], disponível em: http://www.fmv.ulisboa.pt/spcv/edicao/3_2004/549_19_25.htm [consultado em 12/02/2021].
- Arte de Alveitaria. (BITAGAP texid 10340). *BITAGAP (Bibliografia de Textos Antigos Galegos e Portugueses)*. Dir. Arthur L-F. Askins. The Bancroft Library. University of California, Berkeley, 1997-. Web: http://vm136.lib.berkeley.edu/BANC/philobiblon/bitagap_en.html. [Consultado em 11/09/2020].
- Auliard, Cécile (1997), « Les maréchaux à l'époque médiévale : forgerons ou vétérinaires ? », *Médiévales*, 33, pp. 161-173, [en ligne], disponível em : https://www.persee.fr/doc/medi_0751-2708_1997_num_16_33_1403 [consulté en 12/02/2021].
- Barros, Clara Araújo (2010), *Versões portuguesas da legislação de Afonso X: estudo linguístico-discursivo*, Porto, Universidade do Porto.
- Barros, Maria Filomena Lopes de (2007), *Tempos e Espaços de Mouros. A Minoria Muçulmana no Reino Português (Séculos XII a XV)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Basto, Artur de Magalhães (ed.) (1937), *Vereações: anos de 1390-1395: o mais antigo dos Livros de Vereações do Município do Pôrto existentes no seu Arquivo*, Porto, Câmara Municipal.
- Beirante, Maria Ângela Rocha (1996), Évora na Idade Média, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian. Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
- Buell, Paul D.; May, Timothy; Ramey, David (2018), “Chinese Horse Medicine: Texts and Illustrations.” In: Lo, Vivienne; Barrett, Penelope (eds.), *Imagining Chinese Medicine*, Leiden; Boston, Brill, pp. 315-326, [online], available in: <https://brill.com/view/book/edcoll/9789004366183/B9789004366183-s024.xml> [viewed in 11/01/2021].
- Buell, Paul D.; May, Timothy; Ramey, David (2010), “Greek and Chinese Horse Medicine: Déjà Vu All Over Again.” *Sudhoffs Archiv* 94(1), pp. 31-56.
- Carriedo Tejedo, Manuel (2019), “Judíos herradores, albéitares y ganaderos en Sefarad. In Juan Julián García Gómez (coord.)”. En: *Actas del XXV Congreso Nacional y XVI Congreso Iberoamericano de Historia de la Veterinaria: Las ciencias veterinarias al servicio de la sociedad*, Toledo, Colegio Oficial de Veterinarios de Toledo, pp. 391-395, [en línea], disponível em: <https://historiaveterinaria.org/update/his2019.pdf> [consultado em 12/02/2021].
- Cifuentes i Comamala, Lluís (1993), *Medicina i guerra a l'Europa baix-medieval: la sanitat i la participació dels seus professionals en les expedicions militars de la Corona d'Aragó (1309-1355)*, Bellaterra, Edição de Autor, [online], disponível em: <https://www.tdx.cat/handle/10803/671571#page=10> [consultado em 22/08/2021].
- Cifuentes, Lluís; Ferragud, Carmel (1999), “El “Libre de Menescalia” de Manuel Diesde espejo de caballeros a manual de Albéitares”, *Asclepio: Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia*, 51(1), pp. 93-128, [en línea], disponível em: <http://asclepio.revistas.csic.es/index.php/asclepio/article/view/325/323> [consultado em 19/02/2021].
- Cifuentes, Lluís; Ferragud, Carmel; García Ballester, Luis (1999), “Els menescals i l'art de la menescalia a la Corona d'Aragó durant la Baixa Edat Mitjana”. In *Història de la ramaderia i la veterinària als Països Catalans. IV Col·loqui d'Història Agrària (maig del 1997)*. Actes, Barcelona, Centre d'Estudis Històrics Internacionals - Universitat de Barcelona, pp. 75-98, [en línea], disponível em: https://www.ciencia.cat/biblioteca/documents/Cifuentes-Ferragud-GBallester_Menescals.pdf [consultado em 28/08/2021].
- Dias, João José Alves (org.) (2004), *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Duarte: (Cortes de 1436-1438)*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Centro de Estudos Históricos.
- Domingues, José (2017), “A tradição medieval das Sete Partidas em Portugal”, *7PartidasDigital* 1, pp. 1-14, [em linha], disponível em: <https://7partidas.hypotheses.org/692> [consultado em 19/02/2021].
- Farelo, Mário (2019), “Roland Scriptoris ou de Lisbonne: un médecin, un professeur et un clerc portugais au XVe siècle”, *Medievalista*, 25, [em linha], disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA25/farelo2506.html> [Consultado 02/01/2021].
- Ferragud, Carmel; Cifuentes, Lluís (2002), “El cuidado de los animales y sus enfermedades”. In: García Ballester, Luis (dir.), *Historia de la ciencia y de la técnica en la corona de Castilla. Vol. 1. Edad Media*, Salamanca, Junta de Castilla y León, Consejería de Educación y Cultura, pp. 915-926.
- Ferragud, Carmel (2011), “La atención médica de los animales durante la Baja Edad Media en los reinos hispánicos”, *Medievalismo: Boletín de la Sociedad Española de Estudios Medievales*, 21, pp. 29-54, [en línea], disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4014785&orden=1&info=link> [consultado em 04/04/2021].
- Ferragud, Carmel (2018), “Els contractes de menescals en la vila d'Alzira durant la Baixa Edat Mitjana”. En: Català i Cebrià, Joan (coord.), *Estudis sobre la història, la geografia i el patrimoni cultural de la Ribera del Xúquer: XVII Assemblea d'Història de la Ribera*, València, Institutió Alfons el Magnànim, pp. 175-196.
- Ferragud Domingo, Carmel (2009), *La cura dels animals. Menescals i menescalia a la València medieval*, Catarroja, Editorial Afers.
- Fradejas Rueda, José Manuel (2007), “Aproximación a la literatura cetrera portuguesa”, *eHumanista: Journal of Iberian Studies*, 8, pp. 197-226, [en línea], disponível em: https://www.ehumanista.ucsb.edu/sites/secure.lsit.ucsb.edu.span.d7_eh/files/sitefiles/ehumanista/volume8/10%20Jose%20Manuel%20Fradejas%20Rueda%20Article.pdf [consultado em 10/01/2021].
- Giménez Eguibar, Patricia (2016), “Ni contigo ni sin ti: el arabismo “albéitar” en el léxico peninsular”. En: Quirós García, Mariano; Carriazo Ruiz, José Ramón; Falque Rey, Emma; Sánchez Orense, Marta (coords.), *Etimología e historia en el léxico del español: estudios ofrecidos a José Antonio Pascual (Magister bonus et sapiens)*, Madrid/Frankfurt, Iberoamericana/Vervuert, pp. 303-318.
- Gómez García, Luz. (1997-1998), “Los mudéjares menestrales segovianos”, *Sharq Al-Andalus*, 14-15, pp. 35-45, [en línea], disponível em: <http://rua.ua.es/dspace/handle/10045/17500> [consultado em 13/02/2021].

- Gonçalves, Iria (1972), Físicos e Cirurgiões Quatrocentistas: As Cartas de Exame, *Do Tempo e Da História*, I, pp. 69-112.
- Lopes, Fernando Félix (1953), Breves notas a dois documentos, *Colectânea de Estudos*, IV, 3.
- Lopes, Fernão (1983), *Crónica de D. João I: Segundo o Códice nº 352 do Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Porto, Livraria Civilização.
- McCabe, Anne (2007), *A Byzantine Encyclopaedia of Horse Medicine. A Byzantine Encyclopaedia of Horse Medicine*, Oxford, Oxford University Press.
- McCleery, Iona (2000), Opportunities for Teaching and Studying Medicine in Medieval Portugal before the Foundation of the University of Lisbon (1290), *Dynamis*, 20, pp. 305-329.
- Moisão, Cristina (2018), *A Arte das Mãos: cirurgia e cirurgiões em Portugal durante os séculos XII a XV*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos.
- Olmos de León, Ricardo M. (2013), Medicina animal en la Baja Edad Media hispánica y su relación con la medicina humana: aves, perros y caballos, *Anuario de Estudios Medievales*, 43.1, pp. 199-242, [en línea], disponible en <http://estudiosmedievales.revistas.csic.es/index.php/estudiosmedievales/article/view/439/447> [consultado en 27/02/2021].
- Pensado Tomé, José Luis; Pérez Barcala, Gerardo (eds.) (2004), *Tratado de Alveitaria*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, Dirección Xeral de Política Lingüística, Centro Ramón Piñeiro para a Investigación en Humanidades.
- Pereira, Francisco Maria Esteves (ed.) (1918), *Livro da montaria, feito por D. João I, Rei de Portugal; publicado por ordem da Academia das Ciências de Lisboa*, Coimbra, Imprensa da Universidade, [em linha], disponível em: https://digitalis.uc.pt/pt-pt/livro/livro_da_montaria_feito_por_d_jo%C3%A3o_i_rei_de_portugal_conforme_o_manuscrito_n%C2%BA_4352_da [consultado em 12/02/2021].
- Pérez Barcala, Gerardo (2016), “El cód. 2294 de la Biblioteca Nacional de Portugal y el falso libro de cetrería del Mestre Giraldo”. En: Corral Díaz, Esther; Fidalgo Francisco, Elvira; Lorenzo Gradín, Pilar (coords.), *Cantares de amigos: estudos en homenaxe a Mercedes Brea*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, Servizo de Publicacións e Intercambio Científico, D.L, pp. 711-722.
- Pinto, Ana Marta Silva (2016), *Fragments de medicina medieval em Portugal: Frei Gil de Santarém e o Códice eborense CXXI/2-19*, Lisboa, Edição de Autor, [em linha], disponível em <http://hdl.handle.net/10451/28720>, [consultado em 12/02/2021].
- Rodrigues, Ana Maria S. A. (1995), *Torres Vedras. A Vila e o Termo nos Finais das Idade Média*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian. Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
- Siete Partidas (2011), Madrid, Agencia Estatal Boletín Oficial del Estado.
- Silva, André Filipe Oliveira da (2016), *Físicos e Cirurgiões Medievais Portugueses. Contextos Socioculturais, Práticas e Transmissão de Conhecimentos (1192-1340)*, Porto: CITCEM.
- Simões, Catarina (2019), “Animais extra-europeus nas descrições de Lisboa e Portugal por estrangeiros”. En Lopes, Paulo Catarino (ed.), *Portugal e a Europa nos séculos XV e XVI: Olhares, Relações, Identidade(s)*, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, Centro de Humanidades, pp. 229-242, [em linha], disponível em https://research.unl.pt/ws/portalfiles/portal/17598168/229_242.pdf, [consultado em 28/02/2021].
- Tavares, Maria José Pimenta Ferro (1984), *Os judeus em Portugal no século XV. Volume II*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Vasconcelos, Carolina Michaëlis de (1911), *Mestre Giraldo e os seus tratados de alveitaria e cetraria. Estudo literário e contribuições para o futuro dicionário etimológico das línguas românicas peninsulares*, Lisboa, Imprensa Nacional.